



CÂMARA MUNICIPAL DE GENERAL SALGADO

ESTADO DE SÃO PAULO

092

INDICAÇÃO Nº 00089/2021.-

Senhor Presidente e Senhores Edis,

INDICO ao Poder Executivo Municipal, ouvido o Douto Plenário, dispensadas as formalidades regimentais, seja encaminhado a esta Câmara Municipal, Projeto de Lei que contemple a causa animal, dispondo sobre a criação do Centro de Proteção da Vida Animal - CPVA, do Conselho Municipal de Proteção, Defesa e Bem-Estar Animal - COMPROA, do Fundo Municipal de Bem-Estar Animal - FUMBEA, do Sistema Integrado de Controle Animal - SICA e prevendo multas para mal tratos aos animais, o qual apresento modelo em anexo.

Saliento que, referido projeto devido sua envergadura e reflexos, é de competência privativa do executivo, não podendo ser apresentado pela Câmara Municipal, por este motivo rogo ao Chefe do poder executivo que apresente referido Projeto de Lei.

Saliento ainda que, este projeto é de suma importância, pois contemplará a criação de conselho de proteção animal e de fundo do bem estar animal, o que abrirá portas para o município receber verbas destinadas à causa animal.

Referido modelo do Projeto de Lei também contempla a criação do centro de proteção animal e de sistema de controle animal, o que fará muita diferença, com aspectos importantíssimos no controle dos animais e nosso Município, bem como no apoio, atendimento e intervenção médico-veterinário e demais ações na área da assistência à saúde animal, bem como, também incentivar a castração e adoção de animais, o que culminará numa redução progressiva de animais de rua em nosso município.

A presente indicação vem de encontro com as premissas de bem estar animal e de proteção ao meio ambiente, previstas constitucionalmente, e é uma reivindicação de muitas pessoas ligadas à causa animal em nosso município.

Câmara Municipal de General Salgado, 17 de setembro de 2021.


SANDRO RIBEIRO DOS SANTOS
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE GENERAL SALGADO

ESTADO DE SÃO PAULO

093

PROJETO LEI Nº /2021.-

"Dispõe sobre a criação do Centro de Proteção da Vida Animal - CPVA, do Conselho Municipal de Proteção, Defesa e Bem-Estar Animal - COMPROA, do Fundo Municipal de Bem-Estar Anima I- FUMBEA, e do Sistema Integrado de Controle Animal - SICA no Município de General Salgado e dá outras providências".

MAURO GILBERTO FANTINI, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E QUE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica criado na estrutura administrativa da Vigilância Sanitária do Município de General Salgado o Centro de Proteção da Vida Animal - CPVA, órgão equiparado hierarquicamente a Divisão, com a finalidade de promover:

- I - a garantia do bem-estar animal;
- II - o combate, a fiscalização e punição de atos de crueldade, maus-tratos e abandono;
- III - a educação humanitária em bem-estar animal;
- IV - as demais ações de proteção à vida e aos direitos dos animais; e
- V - através da Secretaria Municipal da Saúde:
 - a) o controle das populações de animais, mediante o censo animal, a castração e a microchipagem ou meios anticonceptivos até a castração;
 - b) a prevenção e o controle das Zoonoses;
 - c) o atendimento e intervenção médica-veterinária e as demais ações na área da assistência à saúde animal, nos limites desta lei complementar e de outros critérios definidos por Decreto.

§ 1º. O censo, o registro, a identificação e o controle populacional, bem como os deveres e obrigações a serem cumpridos por tutores relativamente à guarda responsável serão regidos pela presente lei.

§ 2º. No caso de animais vítimas de maus-tratos e ou abandonados, deverão ser obedecidas as ações que se fizerem necessárias para a solução da questão, tanto no âmbito preventivo das causas como no âmbito das consequências dos já vitimados.



CÂMARA MUNICIPAL DE GENERAL SALGADO

ESTADO DE SÃO PAULO

094

Art. 2º. A Vigilância Sanitária fica obrigada a atender por seus Órgãos e profissionais, dentro da capacidade operacional e limitações orçamentárias e financeiras, os animais encaminhados pelo Centro de Proteção da Vida Animal – CPVA.

CAPÍTULO II DAS DENOMINAÇÕES

Art. 3º. Para efeito desta lei, considera-se:

I - animal: ser não humano, senciente, com capacidade de processar informações e com necessidades vitais específicas;

II – proteção à vida animal – ações destinadas:

a) a mudança de paradigmas baseados em atitudes culturalmente arraigadas e ultrapassadas, geradoras de crueldade, maus-tratos e abandonos, para a cultura científica da sciência animal;

b) ao atendimento das necessidades espécie-específicas, aos direitos e ao respeito à vida, com impactos positivos no bem-estar do próprio ser humano e da sociedade;

III - zoonose: infecção ou doença infecciosa transmissível naturalmente entre animais vertebrados e o homem, e vice-versa;

IV - ciclo reprodutivo: quantidade deaios anuais, sendo que, das gatas, são quatroaios/ano e média de 5 filhotes por cria; das cadelas, doisaios/ano e média de 6 filhotes por cria;

V - castração: a castração por meio cirúrgico feita por médico veterinário, a qual esteriliza, de forma permanente, machos e fêmeas;

VI - meios anticoncepcionais: referem-se ao uso de medicamentos orais ou injetáveis aplicados periodicamente a fim de evitar a reprodução em machos e fêmeas;

VII – cadastro de animal: refere-se à microchipagem, e, ou, outro meio de identificação individual do animal e seu cadastro no Sistema Integrado de Controle Animal - SICA, a fim de tornar possível a sua localização no caso de desaparecimento e a identificação de seu responsável no caso de abandono ou de maus-tratos;

VIII – censo animal: levantamento periódico dos animais objetos dessa lei e lançamento dos dados, referentes ao animal e ao tutor ou responsável, no Sistema Integrado de Controle Animal - SICA;

IX – Sistema Integrado de Controle Animal - SICA: sistema eletrônico unificado para fins de registro do animal, tutor ou responsável; condições ambientais em que vive o animal; histórico do animal; lançamento das ações e atividades de proteção à vida animal;

X - Centro de Proteção da Vida Animal – CPVA: Órgão da estrutura administrativa da Vigilância Sanitária, com a finalidade de:

a) fazer a gestão de todas as atividades previstas nesta lei para o bem-estar animal;



CÂMARA MUNICIPAL DE GENERAL SALGADO

ESTADO DE SÃO PAULO

095

b) manter local apto a acolher os animais abandonados ou vítimas de crueldades e maus-tratos, observando-se as cinco liberdades ou necessidades fundamentais dos animais, nos termos desta lei;

c) atender animais vítimas de atropelamento, e os em situação de alta vulnerabilidade; os quais serão assistidos com tratamento médico-veterinário, castração, microchipagem/identificação, vacinação e vermifugação;

d) zelar:

1. pela guarda-responsável;

2. pelos direitos dos animais;

3. pela proteção à vida animal de qualquer espécie;

e) observar, no trato da causa animal, critérios humanistas, éticos, técnicos, científicos e tecnológicos, em espaços e com recursos adequados ao cumprimento dos seus objetivos e finalidades, nos termos previstos nesta lei;

XI - Conselho Municipal de Proteção, Defesa e Bem-Estar Animal - COMPROA: com a função de fornecer suporte opinativo e consultivo às ações relacionadas a política do município de proteção, defesa e bem-estar animal, cabendo-lhe colaborar na expansão e aprimoramento contínuos da proteção à vida animal e ao bem-estar animal e seu espaço ambiental;

XII- Fundo Municipal de Bem-Estar Animal - FUMBEA: órgão mantenedor responsável pelas ações destinadas a:

a) manutenção de local para acolhimento de animais vitimizados;

b) controle populacional, coibição de maus-tratos e abandono, educação em bem-estar animal, prevenção de zoonoses e demais agravos e ações de proteção à vida animal; sem prejuízo da utilização de recursos orçamentários da Secretaria Municipal da Saúde naquilo que estiver obrigada a atender nos termos desta lei complementar e demais legislações aplicáveis.

XIII – etologia: ciência que estuda o comportamento animal, nas suas variadas espécies.

CAPÍTULO III

DAS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO À VIDA ANIMAL

Art. 4º. Esta lei complementar tem por metas acabar gradativamente com as superpopulações, o abandono, os maus-tratos e todo tipo de crueldade praticada contra os animais, fomentando, ao mesmo tempo, o respeito à vida animal, a guarda responsável e a educação humanitária em bem-estar animal.

Seção I

Da Caracterização da Crueldade e dos Maus-Tratos



CÂMARA MUNICIPAL DE GENERAL SALGADO

ESTADO DE SÃO PAULO

096

Art. 5º. Para os fins desta Lei, entende-se por crueldade qualquer ato que esteja associado a fazer ou fomentar o mal, ameaçar, atormentar ou prejudicar um animal. Parágrafo único. A crueldade pode envolver questões de ordem física ou psicológica.

Art. 6º. Para os fins desta Lei, entende-se por maus-tratos as ações diretas ou indiretas caracterizadas por agressão física ou psicológica, abuso, negligência, ou qualquer outra forma de ameaça ao bem-estar de um animal. Parágrafo único. Os maus-tratos podem ser comissivos, quando originários de uma ação, ou omissivos, quando originários de uma omissão caracterizando negligência.

Art. 7º. A caracterização de maus-tratos é intrinsecamente relacionada ao diagnóstico de bem-estar do animal, que se baseia em quatro grupos de indicadores:

I – grupo dos indicadores nutricionais, que se referem ao animal estar livre de fome prolongada, sede prolongada ou subnutrição;

II – grupo dos indicadores ambientais, que se referem ao animal estar livre de desconforto, tendo acesso a abrigo de intempéries e superfícies adequadas para caminhar e descansar, em situação climática dentro de sua zona de conforto térmico e ambiente devidamente higienizado;

III – grupo dos indicadores de saúde, que se referem ao animal estar livre de dor, doenças e ferimentos, com medidas de prevenção e tratamento quando da existência de intercorrências cuja prevenção não tenha sido possível; e

IV – grupo dos indicadores comportamentais, que se referem ao animal estar em condições de exercer seu comportamento natural, em ambiente que lhe dê condição para realizar minimamente os comportamentos de motivação, e livre de medo, angústia e estresse.

§ 1º. Os grupos de indicadores referidos neste artigo baseiam-se nas cinco liberdades e necessidades fundamentais dos animais, quais sejam:

a) livres de fome e sede;

b) livres de desconforto, ou seja, vivendo em ambiente higienizado e com acesso a abrigo de intempéries;

c) livres de dor, ferimento e doença, exceto quando em tratamento de saúde;

d) livres de medo, angústia e estresse;

e) em condições de expressar seu comportamento natural.

§ 2º. Os grupos de indicadores são compostos de medidas específicas, que podem variar de acordo com a espécie animal e com a situação em que se encontramos animais, cabendo ao Centro de Proteção da Vida Animal - CPVA, com o apoio do Conselho de Proteção, Defesa e Bem-Estar Animal - CONPROA e de especialistas em etologia, formular os indicadores específicos de cada grupo para o diagnóstico da condição ou estado do animal, para aprovação da autoridade competente.



CÂMARA MUNICIPAL DE GENERAL SALGADO

ESTADO DE SÃO PAULO

097

Seção II - Da Caracterização do Abandono

Art. 8º. Para os fins desta Lei, entende-se por abandono o ato de crueldade que consiste em se desfazer intencionalmente de um animal que estava sob a guarda de um tutor ou responsável.

Parágrafo único. Os animais errantes que fugiram de seus domicílios e se encontram nas ruas serão tratados como animais em condição de abandono.

Seção III

Das Ações De Combate aos Maus-Tratos e ao Abandono

Art. 9º. No caso de animais vítimas de abandono e de maus tratos, cabe aos órgãos competentes do Poder Executivo:

I - colocar, à disposição da população, canais para denúncia (disque-denúncia) ou comunicação imediata de atos de crueldade, maus-tratos e outras ocorrências e necessidades no âmbito da causa animal;

II - recolher, de forma adequada, as animais vítimas de abandono e dar-lhes a assistência necessária até sua adoção, obedecida a capacidade máxima de atendimento do Centro.

Art. 10. Os agentes de atendimento e fiscalização de crimes de maus-tratos, crueldades e abandonos deverão receber capacitação sobre direitos dos animais e proteção à vida animal que inclua, pelo menos:

I - legislação federal, estadual e municipal;

II - guarda responsável, concepção de animal e seus direitos;

III - educação ambiental humanitária;

IV - indicadores de avaliação da gravidade dos atos de crueldade e maus-tratos, nos termos desta lei;

V - como recolher animais vitimados, conforme seu comportamento e espécie;

VI - procedimentos de visitas e acompanhamento dos casos, incluindo as seguintes ações básicas:

a) investigar o histórico do tratamento dispensado ao animal;

b) investigar se o tutor ou responsável é reincidente em crimes ambientais, contra o animal ou o ambiente;

c) tipificar a gravidade do crime, cuja configuração será feita pela autoridade competente;

d) acionar veterinários para a lavratura de laudo pericial e polícia ambiental para a aplicação de multas previstas em lei sempre que a situação o exigir;



CÂMARA MUNICIPAL DE GENERAL SALGADO

ESTADO DE SÃO PAULO

098

e) coletar provas e lavrar boletins de ocorrência junto à polícia civil ou promotoria pública de meio ambiente;

f) testemunhar aplicação de multas e demais sanções previstas em lei;

g) acompanhar o caso até seu desfecho de forma favorável ao animal;

h) recolher o animal ao abrigo "Recanto Vida Animal" do Centro de Proteção da Vida Animal - CPVA sempre que a situação o exigir; e,

i) lançar o caso no cadastro do animal pelo Sistema Integrado de Controle Animal - SICA.

CAPÍTULO IV

DO REGISTRO, IDENTIFICAÇÃO E CASTRAÇÃO DE CÃES E GATOS

Seção I

Do Censo

Art. 11. O Poder Executivo deverá realizar um Censo Animal Inicial, no período do 1º (primeiro) ano de vigência desta lei complementar, em todos os imóveis para:

I - apurar a quantidade de cães e gatos, machos e fêmeas, castrados e não castrados;

II - apurar as gatas ou cadelas prenhas ou com crias;

III - avaliar a situação desses animais; e

IV - coletar todas as informações sobre os animais e seus tutores ou responsáveis, necessárias ao planejamento de ações para o controle populacional e a proteção à vida animal.

§ 1º. O Censo Animal deverá ser repetido sempre que julgado necessário, ou, no mínimo, a cada três anos, para a verificação no próprio local, das condições do ambiente e dos animais, bem como para conferência e, se for o caso, atualização dos dados cadastrais, apurando quais tutores e responsáveis não efetuaram o registro.

§ 2º. Os animais abandonados recolhidos pelo Centro de Proteção da Vida Animal - CPVA e acolhidos em Projetos afetos à adoção animal também constarão do Censo, sendo registrada sua condição de abandono.

Seção II

Do Sistema Integrado de Controle Animal - SICA

Art. 12. A Prefeitura Municipal deverá dispor de um Sistema Integrado de Controle Animal- SICA, administrado pelo Centro de Proteção da Vida Animal - CPVA, para



CÂMARA MUNICIPAL DE GENERAL SALGADO

ESTADO DE SÃO PAULO

099

lançamento dos dados coletados no censo, bem como para o registro e controle das ações de proteção e defesa animal previstas nesta lei.

Seção III

Do Registro e Identificação por Microchipagem/identificação

Art. 13. Os tutores e responsáveis por cães e gatos no Município ficam obrigados a registrar e identificar os animais para que haja controle das populações caninas e felinas domésticas, a fim de eliminar a reprodução livre pelas ruas e abandono de crias, bem como coibir atos de crueldade e maus-tratos.

§ 1º. O registro e a identificação são obrigatórios, devendo ser feitos a partir do 1.º até o 3º mês de vida dos cães e gatos, através do Sistema Integrado de Controle Animal - SICA.

§ 2º. O Centro de Proteção da Vida Animal - CPVA implantará pontos fixos e permanentes para o registro e identificação obrigatórios dos cães e gatos e poderá, e dependendo da necessidade, realizar mutirões nos bairros para facilitar o acesso ao Sistema Integrado de Controle Animal - SICA.

§ 3º. Para registrar os animais, os responsáveis e tutores deverão apresentar:

- I - seus documentos pessoais;
- II - comprovante de residência;
- III - caderneta de vacinação do animal;
- IV - informar o histórico do animal tais como: espécie, raça, nome, sexo, idade, castração realizada e crias se houver; e
- V - levar os animais para a implantação do microchip, que conterà um dispositivo de "linkagem" entre o dono e o animal, e, ou outra forma de identificação individual;

§ 4º. O município fornecerá e implantará o microchip identificador nos cães e gatos sem rastreador, obedecidos os seguintes critérios:

a) gratuito, para os tutores e responsáveis comprovadamente de baixa renda, desde que concordem com a castração dos animais caninos e felinos não castrados, especialmente as fêmeas;

b) gratuito, para os tutores e responsáveis de animais quando comprovadamente resgatados ou adotados em feiras de adoção; e

c) não gratuito nos demais casos, inclusive de tutores e responsáveis de animais de raça e de pessoas que criam para vender, mediante o recolhimento de taxa na forma e valor fixado em lei.

§ 5º. É permitida a implantação, em clínicas veterinárias credenciadas, de microchip com rastreador pelos responsáveis e tutores que o desejarem, tendo os mesmos o prazo de 30 dias para informar a implantação, que também será registrada no Sistema



CÂMARA MUNICIPAL DE GENERAL SALGADO

ESTADO DE SÃO PAULO

100

Integrado de Controle Animal - SICA e, em caso de a implantação não ser informada dentro do prazo previsto neste parágrafo, serão aplicadas as sanções vigentes.

§ 6º. Os tutores de animais caninos e felinos ficam obrigados a assinar, no ato de registro, declaração de que estão cientes dos preceitos da guarda responsável e das Cinco Liberdades e Necessidades Fundamentais dos Animais de que trata art.7º, IV, § 1º desta lei complementar, explicitados na referida declaração, comprometendo-se a cumpri-los, sob pena das sanções cabíveis.

§ 7º. O banco de dados do Sistema Integrado de Controle Animal - SICA deverá ser mantido permanentemente atualizado, especialmente para informações no que tange a denúncias formalizadas de maus-tratos, óbitos e novas crias, devendo o tutor do animal, entre um censo e outro, informar qualquer fato novo que mude a situação dos animais sob sua guarda, a partir de casa através do acesso ao portal do sistema de cadastro online ou, pessoalmente, no Centro de Proteção da Vida Animal ou demais postos do SICA, cujos pontos devem ser definidos pelo Centro de Proteção da Vida Animal - CPVA, seguindo o critério da facilidade de acesso da população.

§ 8º. Entre um censo e outro, caso seja detectado que o tutor ou responsável não efetuou o registro e identificação obrigatórios de seu animal canino e felino, o mesmo será notificado e, em caso de não cumprimento da referida notificação, será multado de acordo com a legislação e as sanções administrativas cabíveis; e na reincidência, as multas e sanções serão aplicadas em dobro ou conforme reza a legislação vigente no momento.

§ 9º. Em caso de não pagamento das multas e sanções administrativas aplicadas, o nome do responsável ou tutor será inscrito no setor de Dívida Ativa do Município.

§ 10. Durante a realização do Censo Animal ou de qualquer modalidade de fiscalização, a equipe responsável poderá fazer denúncia formal aos órgãos competentes em casos que contrariem quaisquer das liberdades e necessidades fundamentais dos animais previstas nesta lei e na legislação de defesa e proteção animal vigentes.

Art. 14. Os tutores e responsáveis por animais caninos e ou felinos que reproduzem para venda informal de filhotes estão obrigados a:

I - informar a atividade no ato de registro e identificação obrigatórios dos animais no Sistema Integrado de Controle Animal - SICA;

II - responsabilizar-se pela saúde dos animais matrizes e crias em conformidade com as cinco liberdades e necessidades fundamentais dos animais previstas nesta lei e também orientar os compradores sobre a importância da castração e dos cuidados adequados;

III - responsabilizar-se por crias mestiças ou puras não programadas, destinando os filhotes para adoção responsável; e

IV - manter registro de cada venda efetuada, com os dados do animal vendido, incluindo identificação e condições de saúde da matriz, a quantidade de crias que as matrizes